

Comissão de Economia, Obras Públicas,
Planeamento e Habitação

Registo E_COM6XV/2023/180
Data 03/11/2023

Exmo. Senhor Presidente da Comissão de Economia, Obras
Públicas, Planeamento e Habitação

Deputado Afonso Oliveira

Assunto: Requerimento para audição do Ministro da Economia e do Mar, Eng.º António José da Costa Silva, sobre a privatização da Efacec

Ex.º Sr. Presidente,

A EFACEC após ter sido nacionalizada em 2020 teve até à presente data uma injeção financeira do Estado no valor de 132 milhões de euros na empresa, a que acrescem 85 milhões de euros em garantias, como afirmado pelo Ministro da Economia¹, após ter anunciado o deferimento da proposta da Mutares Iberia, S.L. para a privatização da empresa.

Contudo após a sua nacionalização, a Efacec já acumulou prejuízos que ultrapassam os 310 milhões de euros, número que resulta da soma dos 74,3 milhões de 2020, dos 183,9 milhões de 2021 e dos 52,8 milhões contabilizados no exercício de 2022.

Tudo começou em 2020 quando 71,7% do capital social da Efacec Power Solutions, SGPS, S.A., foi nacionalizado através do Decreto-Lei 33-A/2020, de 02 de Julho², tendo o volume de negócios da Efacec passou de 224 milhões de euros em 2021, para 154 milhões em 2022, pelo que ficou em situação de falência técnica, com capitais próprios negativos, em que a dívida já ultrapassava os 250 milhões de euros.

Após vários episódios preconizadas pelo Governo, em junho de 2023, o *“Conselho de Ministros aprovou, por via eletrónica, a resolução que seleciona a proposta para a aquisição da Efacec Power Solutions, SGPS, S.A., apresentada pela Mutares”*.

¹ [Efacec: Estado investiu 132 milhões mais 85 milhões de euros em garantias \(dinheirovivo.pt\)](#)

² Decreto-Lei n.º33-A/2020, de 2 de julho - Presidência do Conselho de Ministros - Procedê à apropriação pública por via da nacionalização da participação social detida pela Winterfell 2 Limited na Efacec Power Solutions, SGPS, S. A.

Por consequência, a venda à Mutares foi concretizada a 31 de outubro, tendo havido por parte da Direção Geral da Concorrência da Comissão Europeia (DG Comp) a chancela deste negócio, com o argumento de que não viola as regras comunitárias sobre ajudas do Estado.

Ou seja, passados três anos e meio da nacionalização de 71,73% da Efacec e depois de ter sido atribuído durante 20 meses um montante de 200 milhões de euros em suprimentos, o Estado ainda vai colocar mais 160 milhões de euros nesta empresa, de acordo com o acordado com a Mutares, no âmbito do processo de privatização da empresa.

Ao contabilizarmos, todos os montantes que o Estado introduziu ou que ainda vai colocar na Efacec, conclui-se que o valor atinge os 360 milhões euros, a que se deve acrescentar o empréstimo que o Banco Português de Fomento vai assumir, no montante de 35 milhões de euros, pelo que a perda para todos, acionistas incluídos, ascenderá a 513 milhões de euros.

Estes valores foram confirmados pelo Ministro da Economia e do Mar a 1 de novembro, tendo ainda explicitado que a Mutares vai investir 15 milhões de euros e disponibilizar outros 60 milhões de euros em garantias, que corresponde a menos de 50% do investimento que o Estado irá realizar.

Em síntese, a Mutares vai ficar com 100% do capital da Efacec, em que os antigos acionistas, Grupo Mello e Têxtil Manuel Gonçalves perdem a totalidade da participação de capital (29,27%), assim como inerentes suprimentos, o que perfaz um montante global de perdas de capital social na ordem dos 309 milhões de euros.

Perante o exposto revela-se de grande preocupação os vários episódios relacionados com a nacionalização e as consequentes tentativas de privatização, que não só têm obrigado a injeções de avultadas verbas ao longo dos últimos três anos, como tem demonstrado constantes incumprimentos por parte do Governo no que concerne a prazos na efetivação e na transparência dos concursos, culminando agora com este formato de privatização, que carece de explicações sobre a sua forma e conteúdo.

Pelo exposto, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA vem requerer audição em comissão do Ministro da Economia e do Mar.

Palácio de S. Bento, 02 de novembro de 2023

O Deputado do GPCH,

Filipe Melo